Bom dia !

Excelentíssimo Senhor Doutor **LÚCIO FLÁVIO**, Presidente da minha amada Ordem dos Advogados do Brasil – GOIÁS, a qual tenho a honra de representar no Conselho Federal da OAB.

Excelentíssimos Colegas Conselheiros Federais, **Dra**. **VALENTINA JUNGMANN CINTRA** e **Dr.** **LEON DENIZ BUENO DA CRUZ E DR. MARCELO TERTO** que ombreados no Conselho Federal da OAB demonstram a competência da advocacia goiana para todo o país.

Excelentíssimo Professor **Dr. Rogério Magnus Varela Gonçalves**, Conselheiro Federal da OAB Paraíba e Presidente da Comissão Nacional de Exame de Ordem e integrante da Comissão Nacional de Educação Jurídica, em nome de quem saúdo a todos os Presidentes de Comissões de Exame de Ordem Presentes e a todas pessoas e instituições que contribuíram para a realização deste evento.

Excelentíssimos professores e integrantes da Comissão Nacional de Educação Jurídica **Dr.** Lúcio Teixeira, **Dr.** Rogério Varela, **Dr.** Iran Furtado de Souza Filho, **Dra.** Dinara de Arruda, **Dra.** Ana Paula Araújo de Holanda, Dra. Luciana Aparecida Guimarães, **Dra.** Adriana Rocha de Holanda Coutinho, e **Dra.** Daniela Silva Fontoura de Barcelos, nesse momento externo, em público, os meus sinceros agradecimentos a vocês e aos demais integrantes da CNEJ que não puderam estar presentes nesse evento. A dedicação e companheirismo desse grupo em prol da melhoria da Educação Jurídica no Brasil faz toda diferença no cenário educacional, registro que é uma honra servir a OAB ao lado de vocês.

Excelentíssimo Senhor professor Doutor **Rubens Fernando Mendes de Campos, Conselheiro Estadual da OAB/GO e** Presidente da Comissão de Ensino Jurídico **da OAB Goiás**, em nome de quem saúdo todos os Presidentes das Comissões de Educação Jurídica da OAB, Conselheiros Estaduais, professores e gestores educacionais, presentes ou representados.

Aproveito também para saudar a todos os servidores administrativos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e da Seccional da OAB Goiás pelo apoio.

Cumprimento todas as autoridades presentes e agradeço pela sua honrosa presença nesse evento.

Senhoras e Senhores

**“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada”**

Cora Coralina

Na caminhada pela melhoria da educação jurídica brasileira aportamos na capital do desenvolvimento do centro-oeste “GOIÂNIA” com a mesma esperança e vontade do primeiro Fórum realizado em abril do ano passado na cidade de João Pessoa. Ao longo dessa caminhada e da realização dos Fóruns Nacionais nas cinco regiões do nosso imenso Brasil tivemos sempre o apoio incondicional do Presidente do Conselho Federal, **Dr. Claudio Lamachia, e da sua Diretoria que sempre demonstraram a preocupação com o ensino jurídico ofertado no país. Razão pela qual registro os meus sinceros agradecimentos e destaco para todos que a** CNEJ trabalhou arduamente, nessa gestão, enfrentamos com coragem e lutamos com afinco pela exclusão dos Cursos Tecnológicos e Técnicos de Serviços Jurídicos, tendo sido enviados diversos ofícios ao MEC a fim que tais cursos fossem coibidos, além disso, emitimos uma nota oficial sobre o posicionamento contrário a criação de tais cursos.

Em resposta aos questionamentos dessa Comissão o MEC criou um Grupo de Trabalho sobre o Aprimoramento da Regulação dos Cursos Jurídicos no âmbito da Seres/MEC, com a participação da OAB. Após a 4ª reunião do mencionado Grupo, a Seres/MEC decidiu pela permanência dos cursos de serviços jurídicos, mesmo após a OAB ratificar o seu posicionamento contrário à essa decisão.

Diante da ausência de entendimento mútuo, ingressamos no judiciário contra o reconhecimento do curso superior tecnológico de Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais e lutamos até o momento pela retirada dos cursos do catálogo do MEC.

Demonstrado, ainda, o trabalho incansável da CNEJ ressaltamos o monitoramento diário, feito com o apoio da nossa assessoria, do aumento dos cursos jurídicos no Brasil, por mais de dez anos.

Diante do espantoso número de cursos de Direito criados todos os dias, solicitamos ao MEC uma moratória a fim de impedir a criação de cursos de Direito pelo período de 5 anos, contudo, o MEC nunca se posicionou sobre o assunto.

Ainda assim, a CNEJ continua realizando reuniões ordinárias na qual emite pareceres opinativos sobre a conveniência, ou não, da autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimentos de todos os cursos de Direito no Brasil.

Exclusivamente nessa gestão já foram emitidos mais de 580 pareceres pormenorizadas, os quais, quase em sua completa totalidade, foram desfavoráveis, em razão da ausência de necessidade social e diversos pontos negativos indicados pelo CFOAB ao órgão ministerial.

Entretanto, somente no ano de 2018 já foram autorizados 263 cursos de Direito com uma oferta de aproximadamente 37.000 novas vagas.

Com a finalidade de fomentar a discussão em busca da qualidade da educação em todo o país realizamos Fóruns nas cinco regiões do Brasil, criamos também o Fórum Permanente sobre O Ensino Superior na Visão dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas com o apoio do Conselho Federal de Enfermagem, Contabilidade, Medicina, Medicina Veterinária, entre outros.

Participamos, também, de forma efetiva dos debates sobre a atualização das Diretrizes Curriculares para o curso de Direito no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE), inclusive incentivando a participação de professores, alunos e advogados por meio de diversas audiências públicas tendo como escopo sempre a busca pela qualidade e as garantias fundamentais para o desenvolvimento do ensino.

Como visto, a luta pelo aprimoramento da Educação Jurídica é antiga, e o termômetro utilizado pela OAB para avaliar o avanço é o “**Exame de Ordem” amado por poucos e odiado por muitos que não compreendem a função do ensino para o desenvolvimento de uma nação.**

O baixíssimo desempenho dos egressos dos cursos de Direito no Exame da OAB é prova incontestável da qualidade ínfima do ensino jurídico brasileiro.

Nesse sentido, ressalto que todos os Estados tiveram ao longo dos anos uma queda no número de aprovados.

Esse resultado ínfimo representa a falta de investimentos do próprio poder público na formação básica dos jovens brasileiros que almejam alcançar as carreiras jurídicas, e a situação vai ficando dia a dia, ainda, pior pela intensa proliferação dos cursos de Direito, haja vista que já ultrapassamos a marca dos **1.500 cursos em funcionamento.**

Como já mencionei, temos:

**“UM OCEANO DE CURSOS JURÍDICOS, COM UM PALMO DE QUALIDADE”.**

No formato atual é comum a inexistência de processos seletivos para o ingresso em uma graduação jurídica, **uma vez que o número de vagas é maior do que o de candidatos, os próprios alunos fazem motejo da situação ao mencionar:**

**“passou na porta daquela faculdade já tá matriculado”.**

Sabemos que para muitos o curso de Direito é apresentado como um curso, simples, tranquilo e muito fácil cujo diploma pode permitir o ingresso em diversos cargos e empregos públicos bem remunerados.

Já para as instituições de ensino, o curso Direito é visto como uma mina de ouro, por ser um curso barato, que não requer maiores investimentos em laboratórios e infraestrutura, além de apresentar uma alta procura pelos futuros acadêmicos.

Todos esses ingredientes, resultam nos elevados índices de reprovação nos exames da OAB e na frustação de uma multidão de Bacharéis em Direito que não conseguem lograr êxito em concursos públicos ou no exame de admissão para advocacia, em razão de um verdadeiro estelionato educacional.

Assim, Presidente Lúcio Flávio, ouso dizer que a educação é a chave para a resolução de todos os problemas de nossa nação.

Kant já dizia que “o fim da educação é desenvolver, em cada indivíduo, toda a perfeição de que ele seja capaz”.

Com esse ideal de perfeição chamo a atenção de todos!

Precisamos melhorar a qualidade da educação jurídica no Brasil, para isso é necessário adequar a quantidade de vagas à realidade da sociedade brasileira.

Além disso, destaco que o poder público tem o dever de “ser mais rigoroso na concessão de autorização para a abertura de novas faculdades de Direito no País, impedindo a abertura de cursos em regiões onde já existe uma oferta excessiva de vagas ociosas e controlando de perto a qualidade dos cursos em funcionamento”.

Assim, destaco, Sr. Presidente Lúcio Flávio que o Fórum Nacional de Educação Jurídica da Região Centro-Oeste ora realizada na cidade de Goiânia não encerra a caminhada da CNEJ em prol da melhoria da qualidade da educação jurídica, pelo contrário, ela dá continuidade à luta de pais, mães, professores, advogados e alunos que desejam obter uma formação de qualidade.

Ressalto, que temos total ciência do papel da OAB na defesa da educação jurídica brasileira, não vamos ficar silentes diante de problemas graves “sempre lutamos e vamos continuar lutando por uma educação jurídica ética, responsável e de qualidade, que promova a cidadania, favoreça a qualidade de vida e a dignidade de todos visando sempre um país melhor, um desenvolvimento melhor, um amanhã melhor a nossos filhos e netos”.

Muito obrigado e vamos continuar a caminhada como mencionava Cora Coralina.

Marisvaldo Cortez Amado.